

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.405 - SP (2019/0228490-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PAULO ROGERIO SOUZA DA SILVA
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI E OUTRO(S) - SP071334
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
AGRAVADO : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - SP327331
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - SP382481
BEATRIZ MARQUES DE LIMA JACCOMASSI - RJ227698

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULO ROGERIO SOUZA DA SILVA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

"SEGURO SAÚDE. Insurgência do autor contra os valores praticados pela ré após sua demissão sem justa causa. Incidência do art. 31 da Lei 9.656/98. Legalidade da unificação das carteiras de ativos e inativos promovida pela Fundação Saúde Itaú, de acordo com posicionamento recente do STJ. Valores cobrados que não podem ser considerados abusivos, pois não oneram excessivamente o consumidor. Sentença reformada. Inversão da sucumbência. RECURSO PROVIDO." (fls. 249)

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados às fls. 261/266.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 31 da Lei nº 9.656/1998 (Lei dos Planos de Saúde) e 47 e 51 da lei nº 8.078/1990 (Código de defesa do Consumidor), sustentando, em síntese: (a) o direito de permanecer com o plano de saúde, como aposentado, nas mesmas condições do pessoal da ativa, e (b) a abusividade da cláusula contratual que majorou excessivamente o valor da sua mensalidade.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 310/311.

É o relatório.

O acórdão recorrido, citando o voto do Ministro relator no Resp 1.479.420/SP assevera que "(...) respeitadas, no mínimo, as mesmas condições de cobertura assistencial de que o inativo gozava quando da vigência do contrato de

Superior Tribunal de Justiça

trabalho, ou seja, havendo a manutenção da qualidade e do conteúdo médico-assistencial da avença, não há direito adquirido a modelo de plano de saúde ou de custeio, podendo o estipulante e a operadora redesenharem o sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), (...)." (fls. 253)

Consoante a jurisprudência desta Corte, *"ao ex-empregado e a seus dependentes deve ser assegurada a manutenção no plano de saúde coletivo, nas mesmas condições que gozavam quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral da contribuição, a qual poderá variar conforme as alterações promovidas no plano paradigma, sempre em paridade com o que a ex-empregadora tiver que custear"* (AgInt no AREsp 1.408.121/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe de 8/4/2019).

Assim, tendo o Tribunal de origem decidido nos moldes da compreensão firmada por esta Corte, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E quanto à alegada divergência jurisprudencial, o entendimento desta Corte é que a aplicação da Súmula 83/STJ estende-se tanto aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" quanto na alínea "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 12% para 13% do valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator